



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE, E POLÍTICA (ILAESP)**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**AGENDAMENTO E DIVULGAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL DO BRASIL EM 2023
NAS REDES SOCIAIS OFICIAIS**

ANA LUÍSA MORAIS VENTURA

Foz do Iguaçu

2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE, E POLÍTICA (ILAESP)**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**AGENDAMENTO E DIVULGAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL DO BRASIL EM 2023
NAS REDES SOCIAIS OFICIAIS**

ANA LUÍSA MORAIS VENTURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dra. Daniela Neves

Foz do Iguaçu

2024

ANA LUÍSA MORAIS VENTURA

**AGENDAMENTO E DIVULGAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL DO BRASIL
EM 2023 NAS REDES SOCIAIS OFICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Daniela Neves
UNILA

Prof. Dra. Luiza Araujo Damboriarena
UNILA

Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa
UNILA

Foz do Iguaçu, 15 de outubro de 2024.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa a forma com que o governo federal agendou temas de divulgação, por meio das suas redes sociais: Instagram e TikTok. A sua análise é realizada com dados coletados das referências dos programas do plano plurianual (PPA 2020-2023) presentes nas postagens no Instagram e no TikTok oficiais do governo federal no primeiro ano da gestão Lula 3 (2023-2026). A metodologia utilizada é análise de conteúdo categorial, fazendo uso do banco de dados criado pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação Pública da UNILA, documentos oficiais do governo federal: anexo I do PPA 2020-2023 e o volume II da LOA 2023. Dessa forma, tem o objetivo de analisar o que e de que forma o governo elegeu como prioridade, dentre suas políticas públicas, para divulgação à sociedade por meio dessas redes, com base em agendamento de comunicação planejado.

Palavras-chave: Comunicação Governamental; Comunicação Política; Políticas Públicas, Agendamento.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión de curso analiza cómo el gobierno federal programó temas de divulgación a través de sus redes sociales: Instagram y TikTok. Su análisis se realiza con datos recopilados de las referencias de los programas del plan plurianual (PPA 2020-2023) presentes en las publicaciones oficiales del gobierno federal en Instagram y TikTok durante el primer año de la gestión Lula 3 (2023-2026). La metodología utilizada es el análisis de contenido categorial, utilizando la base de datos creada por el Grupo de Investigación en Comunicación Pública de UNILA, documentos oficiales del gobierno federal: anexo I del PPA 2020-2023 y el volumen II de la LOA 2023. De esta manera, tiene como objetivo analizar qué y cómo el gobierno eligió como prioridad, entre sus políticas públicas, para divulgar a la sociedad a través de estas redes, basado en un calendario de comunicación planificado.

Palabras clave: Comunicación Gubernamental; Comunicación Política; Políticas Públicas; Agenda Setting.

ABSTRACT

This thesis analyzes how the federal government scheduled topics for dissemination through its social media platforms: Instagram and TikTok. The analysis is conducted with data collected from the references to the programs in the multi-year plan (PPA 2020-2023) found in the official Instagram and TikTok posts of the federal government during the first year of the Lula 3 administration (2023-2026). The methodology used is categorical content analysis, utilizing the database created by the Public Communication Research Group at UNILA, official documents from the federal government: annex I of the PPA 2020-2023 and volume II of the LOA 2023. In this way, it aims to analyze what and how the government prioritized among its public policies for dissemination to society through these platforms, based on a planned communication agenda.

Keywords: Government Communication; Political Communication; Public Policies; Agenda Setting.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A RELEVÂNCIA EM ANALISÁ-LAS.....	12
2.2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E GOVERNAMENTAL.....	15
3 METODOLOGIA	17
4 RESULTADOS.....	21
4.1 OS CINCO PROGRAMAS MAIS REFERENCIADOS E SEUS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS.....	21
4.2 DISTRIBUIÇÃO DE REFERÊNCIAS, E FORMATO E LINGUAGEM DOS CINCO PROGRAMAS MAIS REFERENCIADOS.....	27
4.2 OS CINCO ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS EM MAIOR DESTAQUE.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICES	45
APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas	45
APÊNDICE B – Tabela de codificação de órgão governamental.....	58

1 INTRODUÇÃO

Partindo das teorias de Esfera Pública de Habermas (2008) e a de Agenda Governamental de Brasil & Capella (2015), este estudo tem como pergunta: “Que forma o governo federal deu a sua agenda governamental nas redes sociais, Instagram e TikTok, no primeiro ano da gestão Lula 3?”

As redes sociais, reconhecidas como meios de comunicação e grandes impulsionadoras de informações, pelas suas características próprias são importantes ferramentas aos governos (Recuero, 2012). Não apenas pela obrigação do Estado de concretizar o direito à informação, ou dar transparência das suas ações. Elas possibilitam interações que criam e fortalecem fluxos informativos bilaterais e multilaterais assim como outros meios (Veleci et al., 2022). Estes fluxos, conforme as características desses meios, tendem a ser maiores conforme maior o número de nós – ou laços associativos entre usuários -, entre outros elementos como relevância, reputação, e visibilidade, conectados ao perfil que dá origem à informação. Dessa forma, por este motivo foram selecionados os perfis colocados abaixo no quadro 1.

Quadro 1 – Perfis selecionados

Perfil	Rede Social	Observações
@governodobrasil	Instagram	Aproximadamente 1,5M de seguidores
@governodobrasil	TikTok	Aproximadamente 282,4K de seguidores

Fonte: Elaboração própria

A compreensão do processo pré-decisional dos temas que são selecionados para entrar a agenda pública é fundamental para a democracia, pois somente assim é possível determinar quem e o que recebe atenção do poder federal ou o possui neste território de fato, e em meio ao conflito pelo poder de definir aquilo que deve sanado ou mitigado (Cobb e Elder, 1971, apud Brasil e Capella, 2015). E isso levou ao estudo de agendamento realizado pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação da UNILA (Neves et al., 2024), mas para além de apenas sabermos os temas que são atirados afim de levantar questões e problemas a receberem esse tratamento do poder, é importante saber para quais soluções o governo tem dado maior destaque, pois estas retornam os temas que

alcançaram a Agenda Institucional/Governamental, o que demonstra ser relevante na Esfera Pública, buscando aprovação dos cidadãos. Por este motivo foram elencados 4 objetivos específicos, sendo eles:

- Identificar os 5 programas finalísticos mais referenciados em suas postagens em geral e mensalmente;
- Identificar a quais órgãos governamentais estes programas em destaque pertencem;
- Identificar que formato e linguagem são utilizados para estes programas predominantes, conforme o bando de dados;
- Verificar se os órgãos de governo destes programas são os mesmos em maior destaque em geral, dados pela soma de referências dos programas pertencentes a eles.

O trabalho parte de uma hipótese de que, assim como nos resultados finais da pesquisa do Grupo de Pesquisa (Neves et al., 2024), as políticas pertençam aos temas de maior destaque que corresponderam a alguns ministérios de maior destaque na comunicação do governo: Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério da Defesa, e Ministério das Cidades.

Este trabalho de conclusão de curso, excluindo a introdução é dividido em seis partes, sendo elas:

- Fundamentação Teórica: onde são explicados os conceitos de Esfera Pública, Teoria do Agendamento, Políticas Públicas, Análise de Políticas Públicas, Classificação Orçamentária, Comunicação Pública e Governamental, e Redes Sociais como Meios de Comunicação;
- Metodologia: parte na qual é explicada a metodologia utilizada, as categorias e a codificação, e ferramentas de armazenamento e análise de dados;
- Resultados: na qual são apresentados os resultados finais da pesquisa em gráficos e quadros, e exemplos representativos;
- Considerações Finais: na qual é montada a imagem obtida da representação do governo federal nessas redes sociais, com base

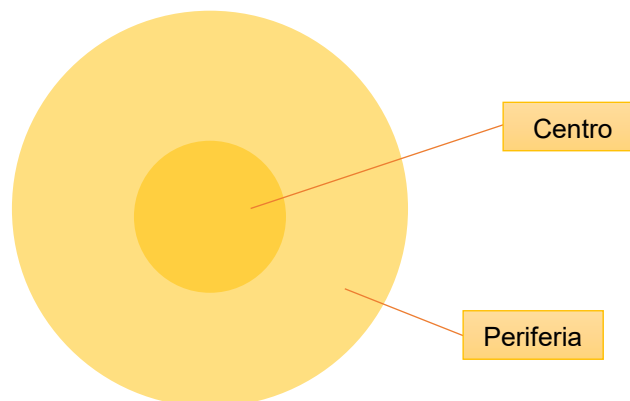
nos resultados obtidos, e onde são mencionados pontos que ainda poderiam ser analisados em pesquisas com diferentes propostas;

- Referências
- Apêndices: onde são colocadas em formato de tabela, todas as categorias e códigos utilizados para esta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A esfera pública proposta por Habermas (2008) tem a sua estrutura dividida em duas partes, sendo elas o centro e a periferia, assim como ilustrado na figura 1:

Figura 1 – Estrutura da Esfera Pública de Habermas



Fonte: Elaboração própria

Apesar de diferentes uma da outra, ambas são inseparáveis e fundamentais para o exercício da democracia. No centro, ocorrem as deliberações formais e organizadas, e é formada por instituições que em contexto com o Brasil, são as pessoas jurídicas regidas pelo direito público. A periferia é onde circulam os fluxos de informações desordenados entre e a partir de todos os tipos de atores, sejam eles os próprios políticos, lobistas, grupos de pressão, ou atores da sociedade civil.

O direito à comunicação, embora esse conceito e abrangência sejam muito discutidos, é analisado por Peruzzo (2007) como a união dos direitos de acesso à informação e o de liberdade de expressão. Sendo à distância em fóruns de internet, transmissões de televisão e rádio, ou fisicamente por meio de

publicidade e propaganda em panfletos, cartazes, mupis, e outdoors, com a população como ouvinte ou participante, é certo que os meios comunitários/locais, são os que mais potencializam a participação direta dos cidadãos, pois são mais próximos dos mesmos, diferente das grandes mídias que estes não participam e pouco são atingidos por suas ações.

Segundo Habermas (2008), a deliberação, enquanto elemento essencial do processo democrático cumpre três funções, sendo elas:

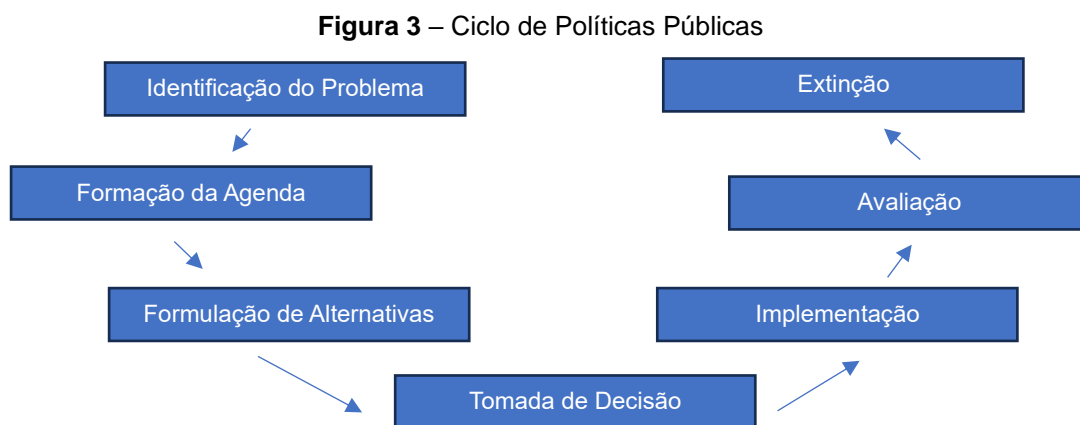
- 1) Mobilizar e reunir questões relevantes e informações necessárias;
- 2) Processá-las discursivamente por meio de argumentos adequados, favoráveis ou não; e
- 3) Gerar atitudes racionalmente motivadas às questões que podem determinar tomadas de decisões.

Para o funcionamento da esfera pública, as informações que a percorrem são selecionadas pelos atores chamados profissionais dos *mass media*, e são entregues às audiências, assim fortalecendo a expansão do conflito, cumprindo a primeira função, e eventualmente as demais. Isto pois, segundo Brasil e Capella (2015) “[...] a forma como os temas são problematizados na mídia, de onde os estudos surgiram, e mobilizados pela audiência pode fazer com que o tema se torne um problema passível de ação governamental.” Em meio a isso, os interesses mediáticos e políticos locais, assim como os não-locais, são divergentes. Os políticos buscam formas de fazer com que suas mensagens cheguem aos seus cidadãos, e encontram muitas vezes os media como a forma mais eficaz. Por outro lado, os media são livres e independentes do controle estatal completo desde que o apoio financeiro privado se tornou uma opção (Matos, 2006), e conseqüentemente realizam interferências nessas mensagens, anulando ou reduzindo o impacto desejado. Entre eles, os cidadãos, como indivíduos optam por dar mais valor a um do que o outro. E assim como nos últimos anos, na esfera federal, eventualmente esse conflito pode levar a perda de confiança por um dos dois primeiros, levando a busca de alternativas para entregar e receber as mensagens, sendo esta alternativa muitas vezes a internet. (Canavilhas, 2009). Por meio desses processos, segundo Birkland (2005), citado por Brasil e Capella (2015), os temas percorrem três agendas antes de terem

uma solução tomada para si: Universal, Sistêmica, Institucional/Governamental. E entre diversos meios pensados e estudados sobre como estes temas passam de uma agenda para a outra, um dos três modelos propostos por Cob, Ross e Ross (1976), citados por Brasil e Capella (2015) é o chamado “*Mobilization Model*” ou Modelo de Mobilização, que evidencia a origem de questões por dentro do governo. Como uma justificativa de ação, “[...] o governo chama a atenção do público para um dado problema na busca de maior efetividade na implementação de uma política.” (Cobb, Ross e Ross, 1976, apud Brasil e Capella, 2015).

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A RELEVÂNCIA EM ANALISÁ-LAS

Políticas públicas, em sua essência, são conceitos abstratos destinados a abordar questões de interesse público. Esses conceitos abstratos ganham vida por meio de vários instrumentos concretos, como leis, decretos, serviços e outros mecanismos (Secchi, 2017). Elas, segundo o mesmo, seguem mais ou menos um ciclo denominado Ciclo de Políticas Públicas (Figura 3), que se inicia na identificação de um problema e termina com a extinção de uma política após tê-lo solucionado, mitigado, ou piorado.



Fonte: Elaboração própria com base em Secchi (2017)

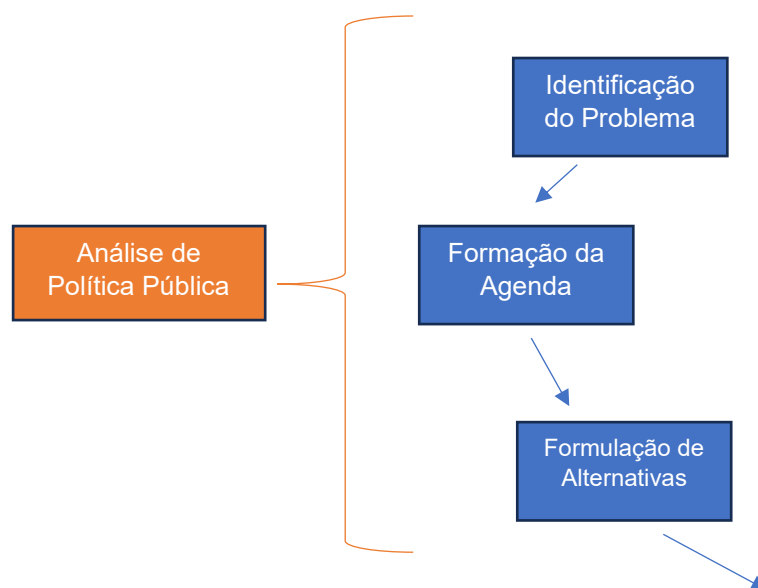
Embora exista uma falta de homogeneidade no entendimento do termo no contexto brasileiro, a análise de políticas públicas pode ser definida da seguinte forma:

A atividade de análise de políticas públicas (*policy analysis*) busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório

de políticas públicas. O objetivo central dessa atividade é fornecer informações que possam aprimorar a capacidade da política pública em resolver ou mitigar problemas de interesse público. (Secchi, 2017)

Dessa forma, também se analisam as políticas públicas de comunicação governamental, conseqüentemente possibilitando futuros aprimoramentos do mesmo e discussões a respeito do tema. Agindo e percorrendo entre a Identificação do Problema, Formação de Agenda, e Formulação de Alternativas, conforme a Figura 4:

Figura 4 – Análise de Políticas Públicas no Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Elaboração própria com base em Secchi (2017)

Mas ainda cabe a questão da diferença entre programa, projeto, atividade, operações especiais, e ações. Embora não serão diferenciados para esta análise, ainda é importante diferenciá-los neste momento para melhor entendimento do que está sendo abordado. No geral, programas, projetos, atividades, e operações especiais são categorias que compõe a classificação orçamentária mais moderna que segundo Giacomoni (2021) tem como finalidade “[...] demonstrar as realizações do governo, o resultado final de seu trabalho em prol da sociedade.”, e são definidas como:

- Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.
- Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo.
- Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo.
- Operações Especiais: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. (Giacomoni, 2021)

Enquanto que as ações são como partes de cada uma dessas categorias, metas de objetivos de um plano a serem alcançadas. E segundo mesmo, os programas ainda são divididos em dois grupos, sendo eles:

- programas finalísticos: pela sua implementação são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores;
- programas de apoio às políticas públicas e áreas especiais [ou simplesmente “de gestão”]: aqueles voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para [principalmente, neste caso] o apoio administrativo. (Giacomoni, 2021)

Para essa análise, os termos “programas” e “políticas públicas” são utilizados como uma coisa só; todos os demais, se parte dos programas finalísticos são encarados como parte dos programas, assim, respondendo pelos seus respectivos programas na codificação que será explicada posteriormente na metodologia; e serão somente abordados os programas finalísticos.

2.2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E GOVERNAMENTAL

O conceito de Comunicação Pública, assim como Comunicação Política, e Comunicação Governamental é, segundo Brandão (2007), ainda pouco claro na literatura sobre o tema. Comumente, Comunicação Pública é utilizada para referenciar a comunicação realizada pelos governos, substituindo as demais, a fim de não se confundir esta prática e objeto com os demais da Esfera Pública, - embora ainda possam ser confundidos se levado em consideração a premissa de que “o conceito de Comunicação Pública é tautológico, uma vez que todo processo de comunicação de massa é por natureza, público” (Silva, 2003, apud Brandão, 2007) – e se afastar das conotações de persuasão, convencimento, e venda de imagem. Porém ainda há quem veja diferença entre os termos, e tente delimitá-los, como Matos (2006), que divide a Comunicação Pública em dois sentidos diferentes, sendo eles como um processo e o outro como uma área:

- Processo: processo de comunicação que ocorre dentro da Esfera Pública que possibilita levantar problemas às Agendas Institucionais/Governamentais, levando-os aos próximos estágios do Ciclo de Políticas Públicas.
- Área: aquela que investiga o fenômeno da comunicação pública, os seus atores, o controle da mídia, as regulamentações, e as técnicas de comunicação.

Mas além dessa divisão, a autora determina também a Comunicação Governamental, sendo ela parte da Comunicação Política – área que investiga os mesmos objetos que a Comunicação Pública que conhecemos atualmente, porém com influências de outras áreas como: Sociologia, História, Administração Pública, e outras” (Matos, 2006) -, e parte de si mesma, assim como a Comunicação Pública, e a própria Comunicação Política, é parte da sua própria área. Segundo Matos (2006), o processo da Comunicação Política pode ser compreendido por meio da abordagem de Gerstlé, que o divide em três concepções, sendo elas:

- Instrumental: onde Comunicação Política é entendida como um conjunto de técnicas usadas por políticos e governantes para

seduzir e manipular a opinião pública (ex: regulamentação, controle, marketing público, Comunicação Governamental).

- Ecumênica: entendida como processo interativo de troca de informações entre os políticos, a mídia e o público. Muito semelhante à um sistema, e assim como um a interpretação da sua dinâmica é complexa.
- Competitiva: a Comunicação Política é o processo pelo qual se dá o embate explícito para influenciar e controlar a percepção pública por meio da mídia.

De toda forma, segundo Capella (2018), a atenção é um recurso escasso e necessário para a Formação de Agenda. Não diferente de outros meios de comunicação, as redes sociais são as mensagens propagadas e discutidas na esfera. As redes configuram e controlam a proporção e a forma das ações e associações humanas; e em especial, elas em específico tem o potencial de transformar qualquer ação individual em uma cascata de informações que se espalham rapidamente pela internet - a depender de elementos como reputação, visibilidade, outros associados a relevância, ou outros a novidade da informação -, podendo tomar uma forma positiva ou negativa a depender da sua veracidade, gerando alcance da informação relevante a grupos de pessoas interessadas - quando verdadeira -, ou subversão de informações criando contrafluxos à propostas (Recuero, 2012). Os problemas competem pela atenção dos servidores públicos, políticos, e cidadãos. Durante esse processo, os atores, influenciados ou não, priorizam certas questões fazendo-as subir a hierarquia das agendas, seja por meio do Modelo de Iniciativa Externa, Modelo de Mobilização, ou Modelo de Iniciação Interna¹. Estas áreas, realizam estudos de formação de agenda, que proporcionam

[...] uma explicação sobre o porquê de a informação sobre certas questões, e não outras questões, estar disponível ao público

¹ Os modelos podem ser definido respectivamente como: Emersão de questões em grupos externos ao governo que se expandem à agenda sistêmica primeiro, e em seguida à institucional/governamental; Expansão de questões que o governo precisa afim de obter atenção, reconhecimento, e apoio dos cidadãos para lançamento de programa, que já está inserido na agenda institucional/governamental; E emergentes de órgãos governamentais, técnicas ou políticas, que vão de encontro direto à agenda institucional/governamental, sem necessidade de passar para sistêmica. (Capella, 2018)

numa democracia; como a opinião pública é moldada; e por que certas questões são tratadas por meio de ações políticas enquanto outras questões não (Dearing; Rogers, 1996, apud Capella, 2018)

E em específico, retornar uma visão de um determinado momento ou o foco da atenção dos políticos (Capella, 2018). Visão esta cristalizada pela persistência das redes sociais, ou seja, proporcionada pelo armazenamento das interações entre os indivíduos, estando o governo incluso entre esses indivíduos, conforme a descentralização entre as representações dos usuários nessas redes, que torna o governo enquanto representação de si dentro do sistema fechado, igual aos demais usuários; encontradas pelas audiências invisíveis com a capacidade de busca, e ecoada pela internet por meio da replicabilidade simples e de pouco esforço que estas executam, carregando e espalhando a mensagem expelida originalmente pelos conectores – podendo também ser por eles mais fracos -, influenciando na opinião pública, e conseqüentemente na hierarquia de agendas (Recuero, 2012).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a análise de conteúdo categorial, que segundo Sampaio e Lycarião (2021),

[...] é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, conseqüências ou contextos.

ou de forma mais simples, segundo Carlomagno e Rocha (2016),

[...] uma metodologia criada especialmente para sintetizar e compreender o conteúdo dos argumentos por jornais e propagandas [...] que se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo que sejam comparáveis a uma série de outros elementos

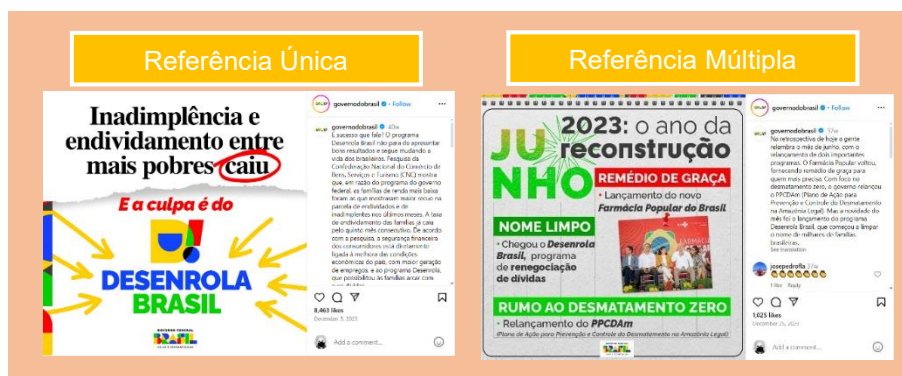
A categorização/codificação, inicialmente foi feita com base no anexo I do PPA 2020-2023, incluindo mais outro código para representar a ausência de representação de programas, assim respeitando as cinco regras de criação de categorias para pesquisa de análise de conteúdo de Carlomagno e Rocha (2016):

- Regras claras de inclusão e exclusão de categorias
- As categorias precisam ser mutuamente excludentes (exclusividade)
- A categorias não podem ser muito amplas (homogeneidade)
- As categorias devem contemplar todos os conteúdos possíveis, e “outro” precisa ser residual (exaustividade)
- Objetividade, sem subjetivismos (confiabilidade)

Ao todo, devido ao documento oficial do governo federal possuir setenta programas finalísticos, essa categoria chegou ao total de 71 variações com a soma do código 0, tornando essa categoria a mais extensa. Por sua longa extensão, esta categoria, assim como a terceira foi colocada em apêndice neste trabalho, sendo esta em específico o apêndice A. Essa primeira categoria criada tem em si do código 1 ao 70 uma política pública, e o seu órgão governamental responsável, conforme determinado no PPA 2020-2023 Atualizado de março de 2023. O código 0 representa a única exceção, sendo ele referente às postagens que ou não foram identificadas que referências ou que não fazem referência alguma à algum programa finalístico especificados no PPA ou na LOA.

A segunda categoria, bem mais simples que a anterior, possui uma codificação binária, que marca a origem da referência encontrada em presente ou não em uma postagem de referência única ou múltipla (Figura 5).

Figura 5 – Tipos de postagens



Fonte: Elaboração própria

Sendo elas em específico:

- (0) Postagem referência única: que referencia apenas um programa
- (1) Postagem de referência múltipla: que referencia mais de um programa

Embora a primeira categoria seja capaz de indicar a qual órgão governamental o programa pertença, para realizar uma análise que utiliza o Excel para o armazenamento de dados, a linguagem Python para organizar dados e plotar gráficos sem uma biblioteca para facilitar o puxar das suas chaves (órgãos governamentais) e itens (programas), foi necessário criar uma terceira categoria, executada por meio de automação no Excel. Esta terceira categoria (Apêndice B) codifica as representações de acordo com o órgão governamental que é responsável pelo programa de acordo com o PPA. Não tão extenso quanto a primeira, nem tão simples quanto a segunda, a terceira categoria é formada por todos os órgãos governamentais vinculados a algum programa finalístico do PPA, sendo composta por trinta códigos.

Para a análise de seus formatos e linguagem, após preenchimento de dados das demais categorias, foi realizada de acordo com as referências de formatos e linguagens identificadas pelo grupo de pesquisa (Neves et al. 2024) nas postagens de origem delas. A variação dessas categorias se dá da seguinte forma:

- Linguagem:
 1. Informativa (quando apresenta informações de determinado tema, sem fazer anúncios de propostas ou realizações do governo)
 2. Serviço (quando indica um passo a passo de como um cidadão pode agir para receber determinado serviço público)
 3. Divulgação de Propostas (quando apresenta uma proposta do governo que ele ainda não criou, que ainda será implementada)
 4. Divulgação de Ações (quando apresenta uma ação de governo que já está em prática, ou será implementada nos próximos dias)

5. Reforço de imagem (quando fala de uma política ou ação que já está implementada, porém sem nenhuma novidade, com intenção de reforçar um feito do governo).
6. Lacradora: quando tem linguagem ligada a humor, memes, voltada mais para chamar atenção do que para informar

- Formato:

1. Fotografia sem arte gráfica
2. Arte gráfica com pessoas/rostos
3. Arte gráfica sem pessoas/rostos
4. Vídeo

Dessa forma, foram utilizados os dados presentes no banco de dados do grupo de pesquisa em cima dos cinco programas mais referenciados pela representação do governo, a fim de identificar como estes têm sido colocados pelos perfis.

Ao fim, os dados estes dados primários e secundários analisados com o auxílio dos *softwares*, Excel – a fim de armazenamento de dados - e Python, com o auxílio dos módulos Pandas e Matplotlib - a fim de reorganização de dados e geração dos gráficos -, sendo os resultados apresentados na seção seguinte.

4 RESULTADOS

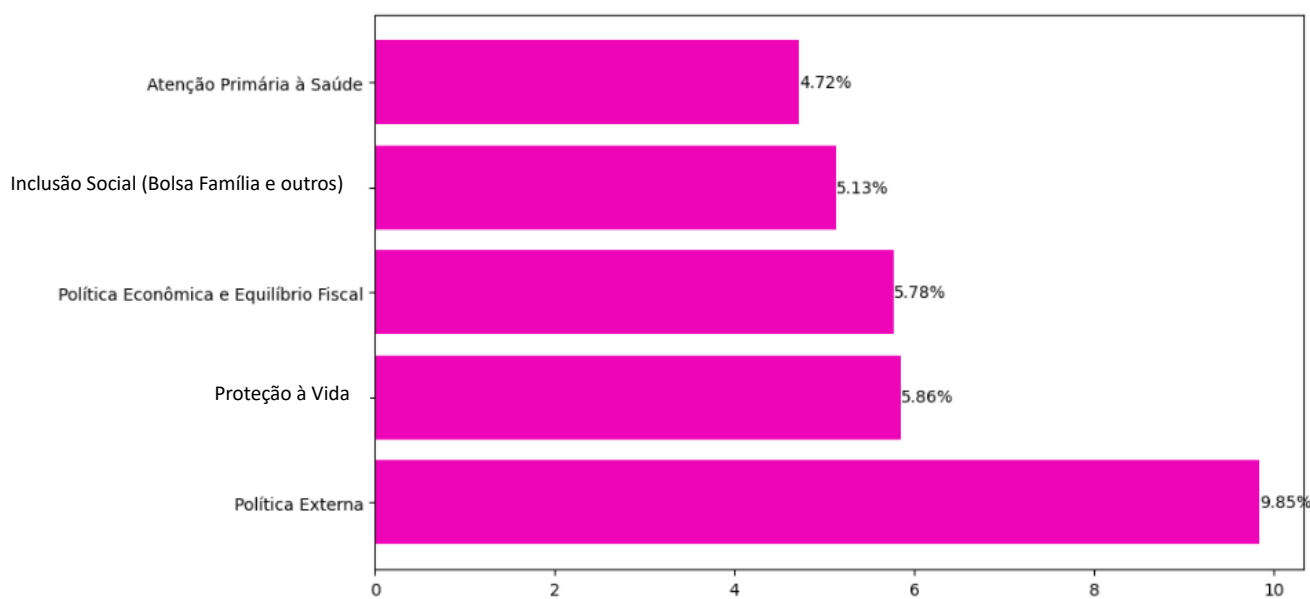
Nesta seção, os resultados são apresentados respectivamente na mesma ordem que foram elencados os objetivos específicos desta pesquisa, comparando o comportamento das redes sociais conforme os dados obtidos por meio das suas postagens, dentro dos tópicos.

4.1 OS CINCO PROGRAMAS MAIS REFERENCIADOS E SEUS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

No Instagram foi identificado que entre os programas listados no PPA, ao longo do ano, conforme a figura 6, foram mais referenciados os:

1. *Política Externa*, do Ministério de Relações Exteriores;
2. *Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos*, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
3. *Política Econômica e Equilíbrio Fiscal*, do Ministério da Fazenda;
4. *Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas*, do Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social, Família e Combate à Fome;
5. *Atenção Primária à Saúde*, do Ministério da Saúde.

Figura 6 – Os programas com o maior número de referências (Instagram)



Fonte: Elaboração própria

Mensalmente, foram identificados 17 programas distintos que aparecem como os cinco mais referenciados do mês ao longo de todo o ano de 2023, sendo eles respectivamente colocados em suas posições em cada mês na Figura 7, e identificados no Quadro 2, ao lado da quantidade de vezes que estes estiveram entre os de maior referência mensal.

Quadro 2 – Os programas com o maior número mensal de referências do Instagram

PROGRAMA	CÓDIGO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	QTD
Política Externa	22	x	x		x	x	x	x	x	x		x	x	10
Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	21					x	x	x	x	x	x	x	x	8
Proteção à Vida	63			x	x	x		x		x		x	x	7
Moradia Digna	26		x	x	x					x			x	5
Inclusão Social (Bolsa Família e outros)	58			x	x			x			x		x	5
Segurança Pública	46	x	x	x	x									4
Atenção Primária à Saúde	49			x		x			x		x			4
Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas	1	x	x											2
Mudança do Clima	6						x		x					2
Gestão de Riscos e de Desastres	24		x							x				2
Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	32					x	x							2
Educação Superior	43						x					x		2
Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	65										x	x		2
Agropecuária Sustentável	2								x					1
Atenção Especializada à Saúde	48	x												1
Esporte	56							x						1
Segurança Alimentar e Nutricional	62										x			1
Promoção de cidadania (Auxílio Brasil e outros)	64	x												1

Fonte: Elaboração própria

Figura 7 – Os programas com o maior número mensal de referências (Instagram)



Fonte: Elaboração própria

Por meio desta análise mensal, é possível observar a abordagem fortemente instrumental da divulgação do governo federal nesta rede social. Ele dá um enorme destaque aos três primeiros programas deste quadro, colocando-os em grande destaque o dobro das vezes que os que ocupam as posições entre o 4º e o 7º (destaque secundário). Abaixo destes de destaque secundário, em destaque menor ainda pode-se observar os programas que receberam atenção dos responsáveis pela seleção de temas e programas para divulgação, convenientemente em períodos de grande desgraça nacional ou em grande exposição internacional, como o pico de destaque do programa Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas que veio após a descoberta da crise Yanomani que gerou grande comoção nacional; e o velho caso que se repete quase que sempre

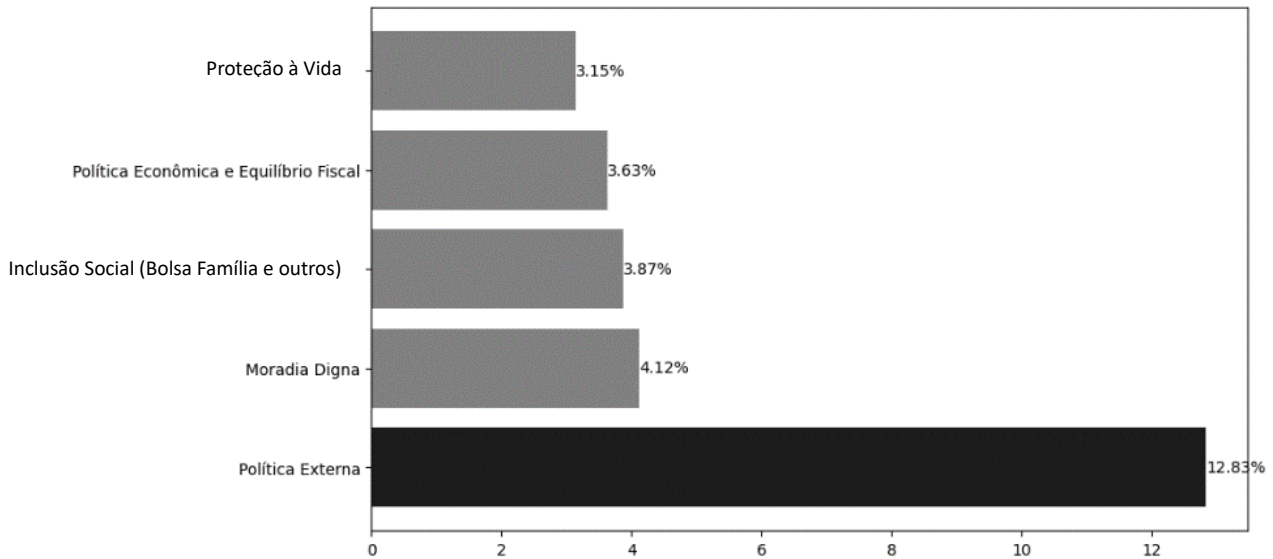
à mais ou menos duas décadas com políticas públicas que botam em prática – ou que deveriam pôr em prática – medidas sobre mudanças climáticas, onde o tema é levantado de alguma forma pela Organização das Nações Unidas, seja indiretamente pelo dia mundial do meio ambiente ou diretamente com alguma coisa relacionada as Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP), como foi caso da escolha do Brasil como país-sede da COP-30, e com esse destaque internacional passa-se a falar de tudo sobre o tema e adotar medidas – mesmo muitas vezes não havendo conhecimento a respeito de como cumpri-las-. Nesta rede social, o governo cria uma imagem de si como aquele que sai ao redor do mundo arrecadando recursos para financiar políticas públicas e trazer o mercado nacional de volta ao jogo internacional, que olha para aqueles que têm os direitos humanos violados – combatendo o racismo, a violência contra a mulher, e as vezes a arquitetura hostil -, embora em momentos de maior destaque coincidindo com meses específicos ou vizinhos de datas que trazem esses temas todos os anos como o dia mulher (8 de março), e o dia da consciência negra (20 de novembro) - mas também não é como se naquela época muitas pessoas percebessem a representação vazia que este governo vêm trazendo -, que vem para tirar a população da extrema pobreza com o Minha Casa, Minha Vida, e o Bolsa Família – isso sem mencionar o nome dos programas que ocupavam esses lugares no governo anterior, mencionando-os de maneira genérica, até pudesse utilizar os nomes preferidos e com suas demais diferenças características desejadas -, e que não deixa de apoiar as vacinações com campanhas que chegam até mesmo envolver celebridades e animações em 3D.

No TikTok, ao longo do ano os programas, conforme a Figura 8 mais referenciados em geral são:

1. Política Externa, do Ministério de Relações Exteriores;
2. Moradia Digna, do Ministério do Desenvolvimento Social,
3. Assistência Social, Família e Combate à Fome;
4. Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas, do mesmo anterior;
5. Política Econômica e Equilíbrio Fiscal, do Ministério da Fazenda;
6. Proteção à Vida, Fortalecimento da Família,

7. Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Figura 8 – Os programas com o maior número de referências (TikTok)



Fonte: Elaboração própria

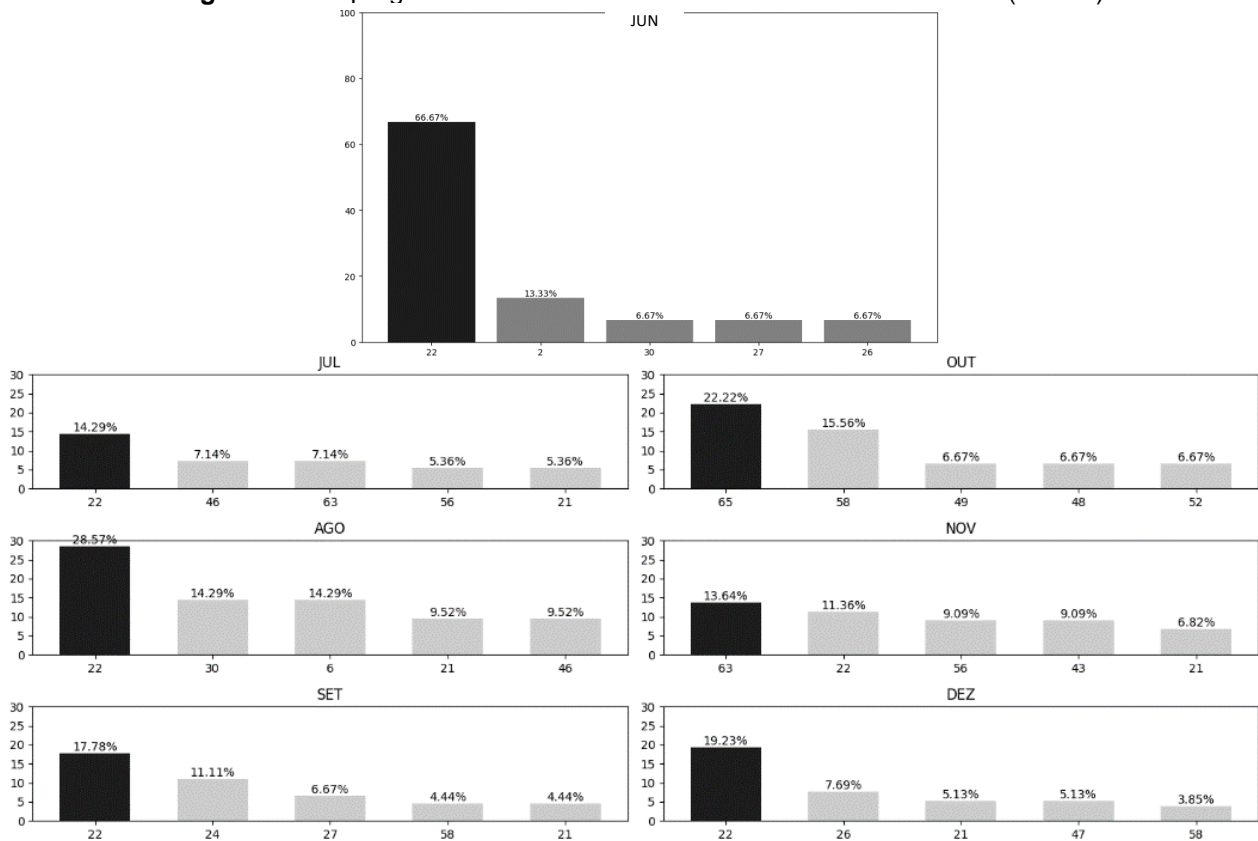
Os cinco programas mais referenciados do mês ao longo de todo o ano, assim como na rede social anterior, estão colocados em cada mês em uma figura, sendo ela a Figura 9, e identificados no Quadro 3, ao lado da quantidade de vezes que estes estiveram entre os de maior referência mensal. Porém, diferentemente dos dados da outra rede social apresentadas anteriormente, não existem dados anteriores a junho de 2023, devido ao fato do perfil ter sido criado nesse mesmo mês.

Quadro 3 – Os programas com o maior número mensal de referências do TikTok

PROGRAMA	CÓDIGO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	QTD
Política Externa	22	X	X	X	X		X	X	6
Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	21		X	X	X		X	X	5
Inclusão Social (Bolsa Família e outros)	58				X	X		X	3
Moradia Digna	26	X						X	2
Recursos Hídricos	27	X			X				2
Energia Elétrica	30	X		X					2
Segurança Pública	46		X	X					2
Esporte	56		X				X		2
Proteção à Vida	63		X				X		2
Agropecuária Sustentável	2	X							1
Mudança do Clima	6			X					1
Gestão de Riscos e de Desastres	24				X				1
Educação Superior	43						X		1
Assistência Farmacêutica no SUS	47							X	1
Atenção Especializada à Saúde	48					X			1
Atenção Primária à Saúde	49					X			1
Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	52					X			1
Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	65					X			1

Fonte: Elaboração própria

Figura 9 – Os programas com o maior número mensal de referências (TikTok)



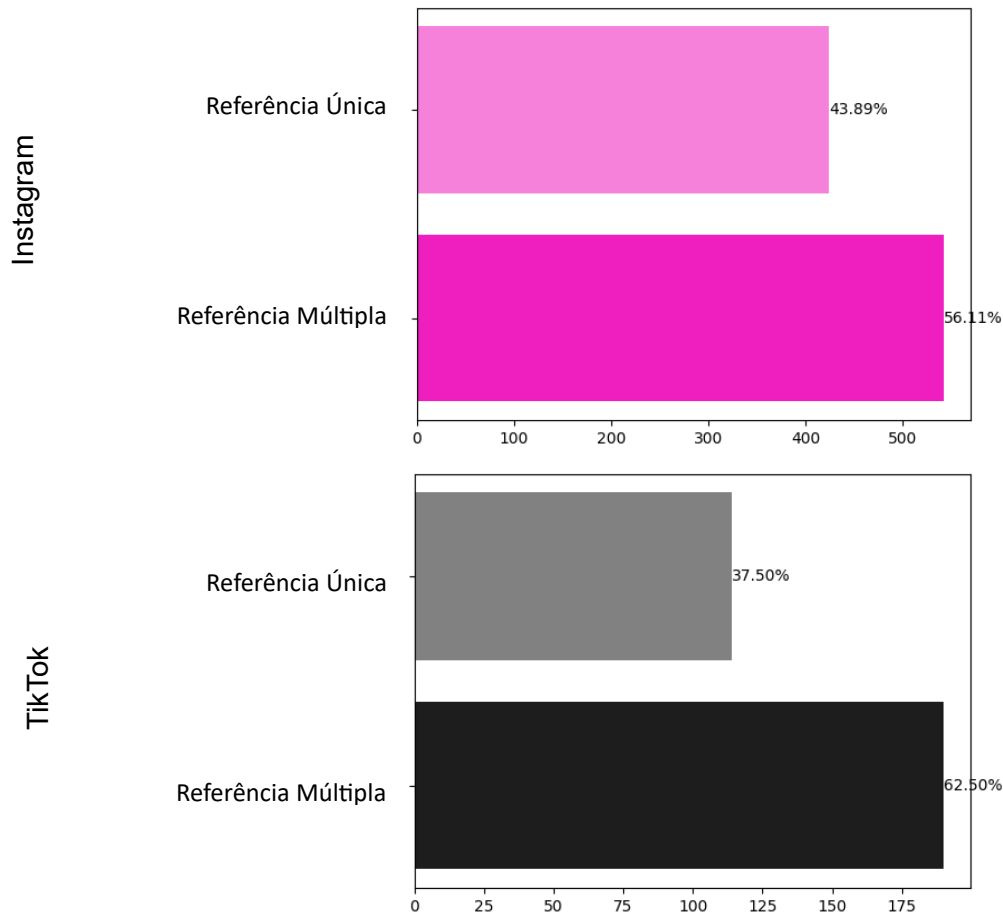
Fonte: Elaboração própria

Assim como no caso anterior, o governo claramente faz uso da abordagem instrumental fortemente, dando um enorme destaque nas arrecadações de recursos por meio das relações externas, no curto programa de renegociação de dívidas que se manteve de pé até o fim do ano, e nos diversos momentos que associa – ou que tenta associar - a redução da inflação às suas ações fiscais. E também não muito diferente, é visível que muitos dos demais destaques são tratados de forma apenas pontual, com a exceção dos que normalmente dos que tratados como algo sazonal – como o Proteção à Vida e Mudança do Clima -. Mas diferente de antes, como pode ser observado, nesta rede social os interesses do governo se apresentam de forma muito mais escancarada, dando o triplo da atenção aos dois primeiros programas em relação a maioria dos de destaque secundário – 3 ao 9 -. Isso sem contar que a partir de setembro – com exceção de Gestão de Riscos e Desastres e Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, que vêm como reação a desgraças tanto nacional quanto internacional, e o Proteção à Vida – tudo que se vê é apenas um reforço de imagem dado a coisas que aconteceram no começo do ano em formato de retrospectiva e de reafirmação de que o governo e os seus programas são melhores do que a oposição diz – de forma que até mesmo lembra uma leve abordagem competitiva -.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DE REFERÊNCIAS, E FORMATO E LINGUAGEM DOS CINCO PROGRAMAS MAIS REFERENCIADOS

No Instagram e no TikTok, a distribuição dessas referências se deu nas seguintes proporções (Figura 10), excluindo 14,6% das postagens do Instagram e 17,9% do TikTok que não continham nenhuma referência ou que não foram identificadas durante a coleta de dados.

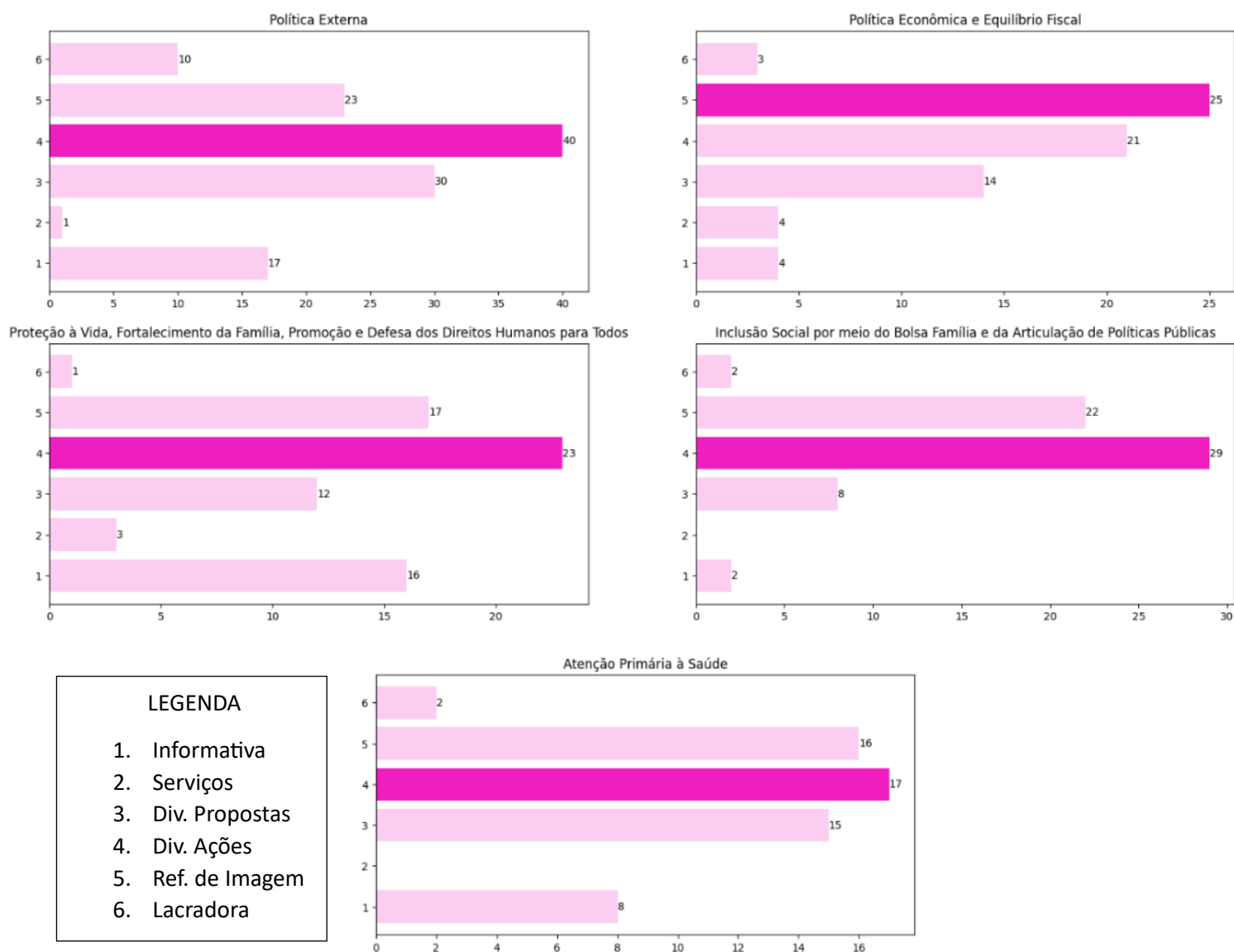
Figura 10 – Distribuição das referências



Fonte: Elaboração própria

A linguagem e os formatos utilizados na promoção dos programas que mais foram referenciados no Instagram foram *divulgação de ações*, *reforço de imagem*, e em menor escala *divulgação de propostas*, porém em quantidade mais significativa que as demais, e fugindo a regra o programa *Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Para Todos* com um número alto em *informativa*, mas que se deu devido ao fato da pesquisa a qual estes dados secundários são originários, não tinha como foco as referências e sim no que é dado destaque na postagem, como por exemplo a participação de alguma autoridade à um evento não organizado pelo governo, ou um foco muito maior à imagem dessa autoridade do que a ação do governo em si, mas que ao final se traduzem por inteiro em divulgação de ações e reforço de imagem quando o foco da pesquisa são referências e não destaques (Figuras 11 e 12).

Figura 11 – Linguagens utilizadas nos principais programas (Instagram)

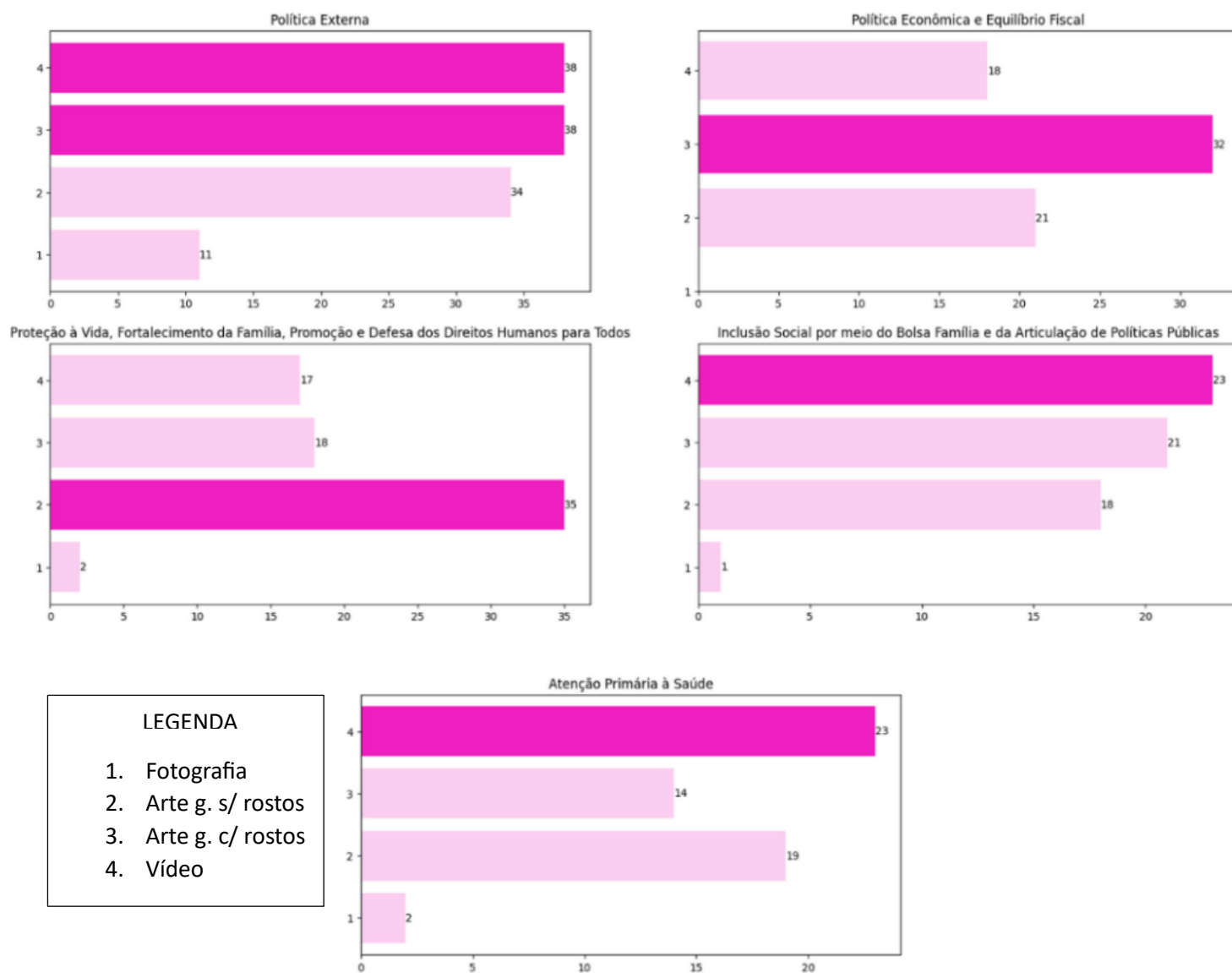


Fonte: Elaboração própria

Nos formatos, identificou-se uma preferência pela utilização de *artes gráficas* tanto com rostos de pessoas quanto sem, mas também é muito presente uso de postagens em *vídeo*, principalmente em:

1. Política Externa;
2. Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas;
3. Atenção Primária à Saúde.

Figura 12 – Formatos utilizados nos principais programas (Instagram)



Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, os programas são postos em evidência ao público, principalmente por meio de:

- Política Externa: divulgação de ações em formatos de vídeo e artes gráficas sem imagens de pessoas (Figura 13)

Figura 13 – Exemplo do programa Política Externa (Instagram)



Fonte: perfil oficial do governo

- Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos: divulgação de ações em formato de artes gráficas com imagens de pessoas (Figura 14)

Figura 14 – Exemplo do programa Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos (Instagram)



Fonte: perfil oficial do governo

- Política Econômica e Equilíbrio Fiscal: reforço de imagem em artes gráficas sem imagens de pessoas (Figura 15)

Figura 15 – Exemplar do programa Política Econômica e Equilíbrio Fiscal (Instagram)



Fonte: perfil oficial do governo

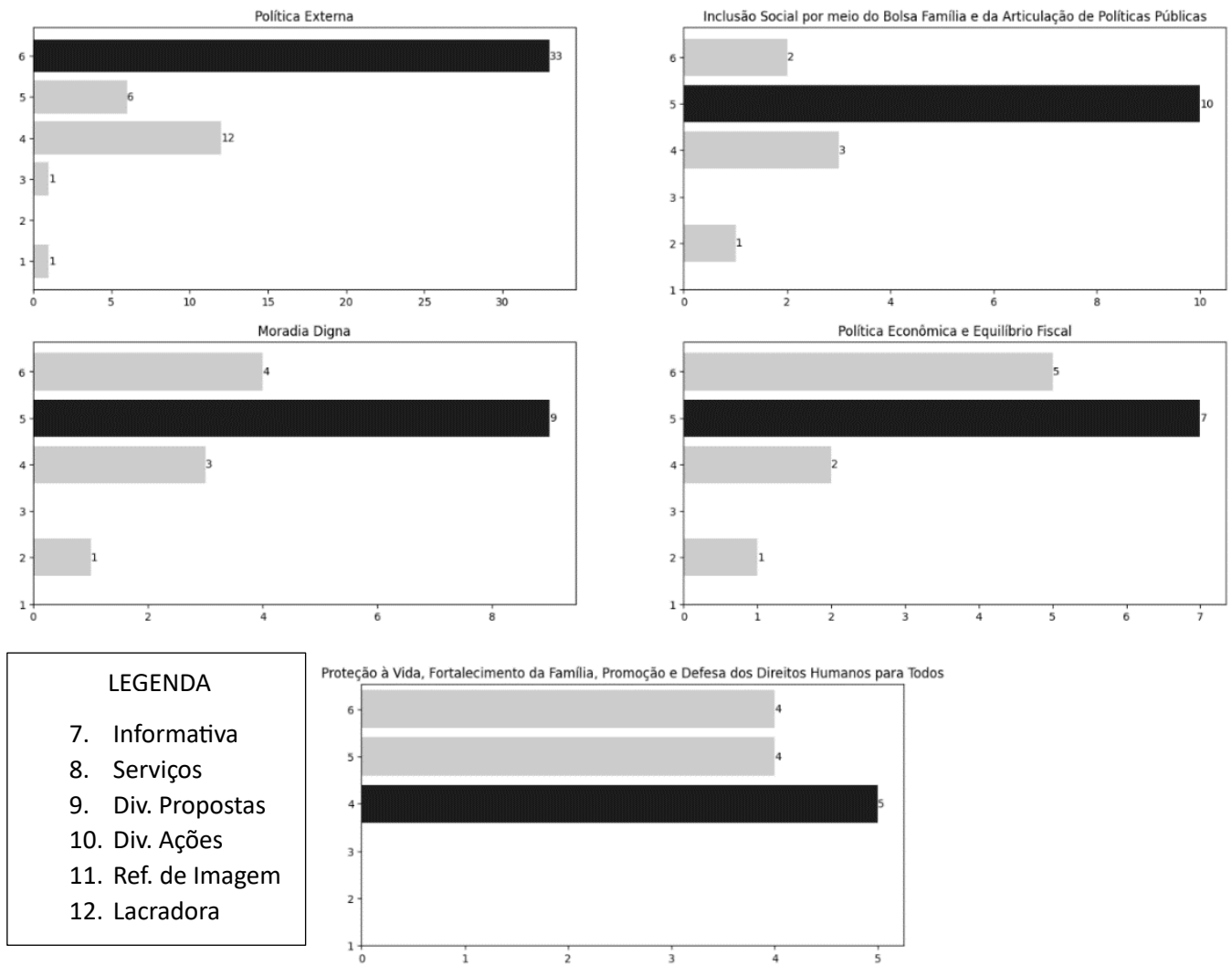
- Inclusão Social por meio do Bolsa Família e Articulação de Políticas Públicas: divulgação de ações por vídeos (Figura 16)

Figura 16 – Exemplar do programa Inclusão Social por meio do Bolsa Família e Articulação de Políticas Públicas (Instagram)



Fonte: perfil oficial do governo

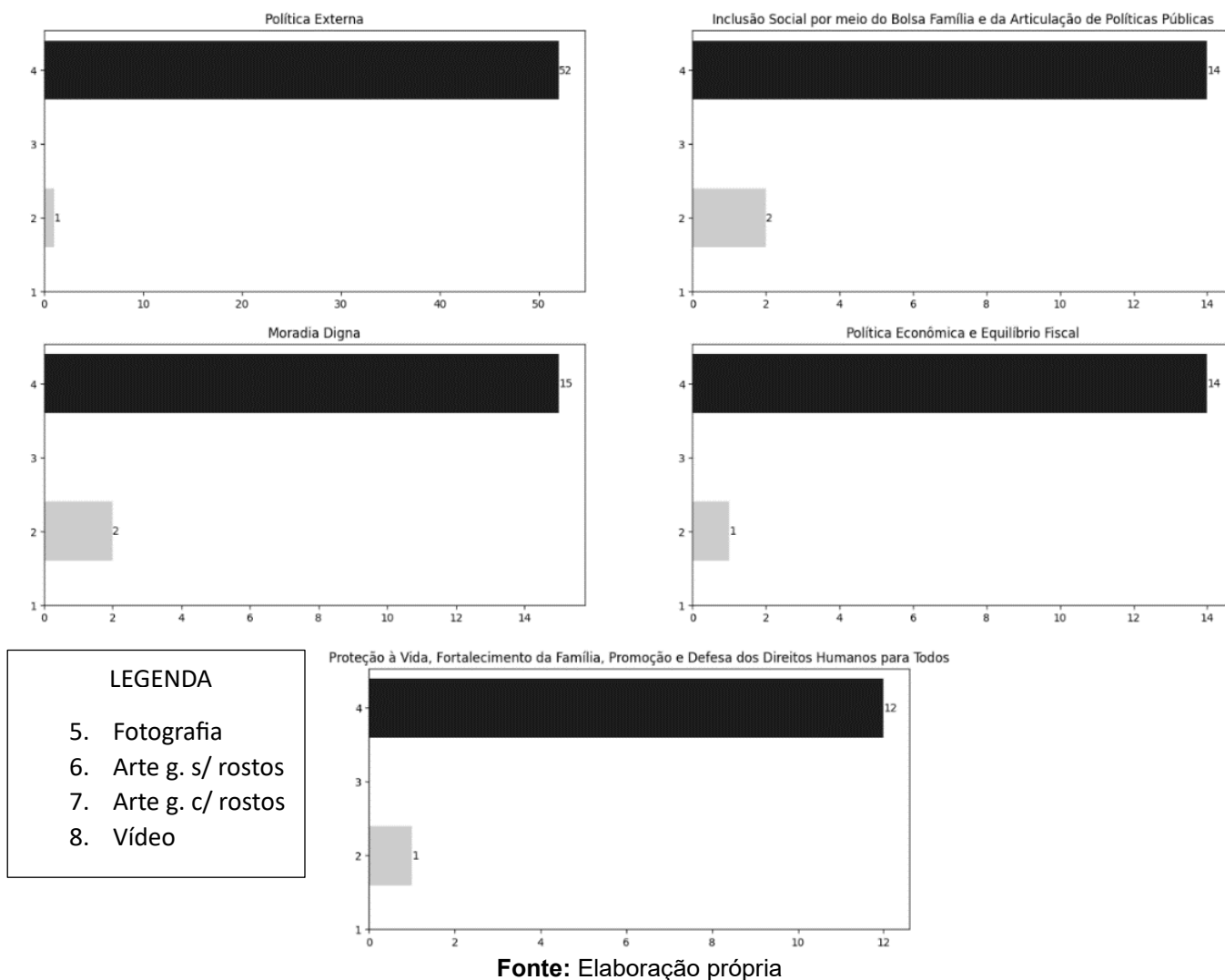
Figura 18 – Linguagens utilizadas nos principais programas (TikTok)



Fonte: Elaboração própria

Aos formatos utilizados, muito próximo à proposta principal da rede social em questão, o uso da maior parte dos formatos disponíveis para as postagens que carregam essas referências, é o vídeo, e raramente é feito o uso de artes gráficas com rostos (Figura 19).

Figura 19 – Formatos utilizados nos principais programas (TikTok)



Dessa forma, os programas são postos em evidência ao público, principalmente por meio de:

- Política Externa: uma linguagem lacradora em formato de vídeos (Figura 13)

Figura 13 – Exemplo do programa Política Externa (Instagram)



Fonte: perfil oficial do governo

- Moradia Digna: reforço de imagem em formato de vídeos (Figura 14)

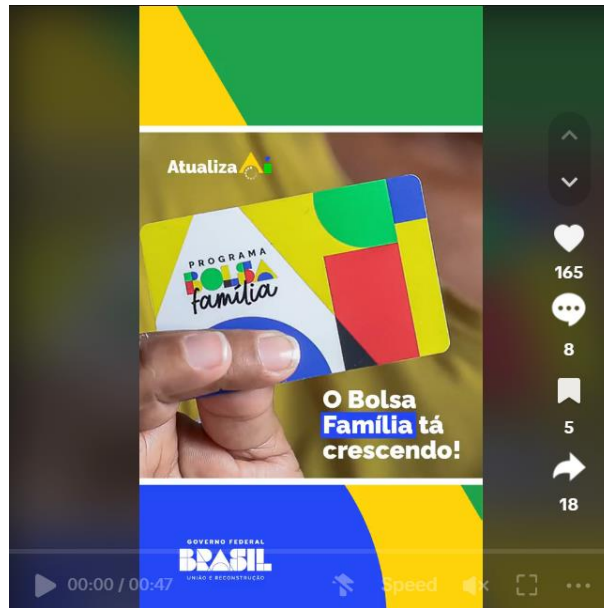
Figura 14 – Exemplo do programa Moradia Digna (Instagram)



Fonte: perfil oficial do governo

- Inclusão Social por meio do Bolsa Família e Articulação de Políticas Públicas: reforço de imagem em vídeos (Figura 15)

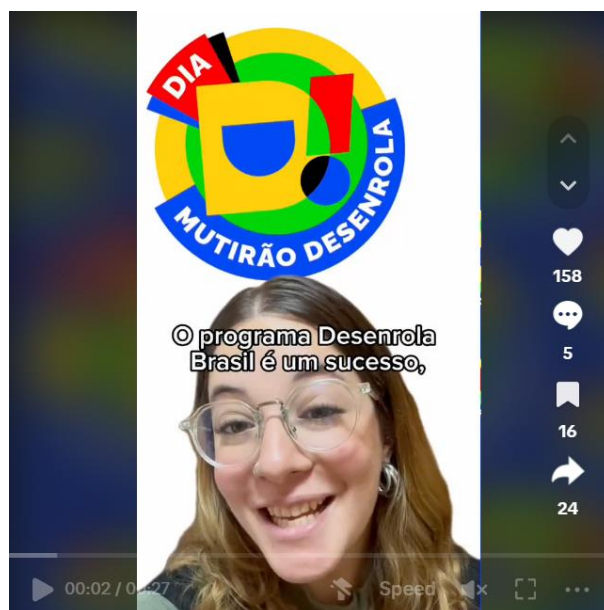
Figura 15 – Exemplar do programa Inclusão Social por meio do Bolsa Família e Articulação de Políticas Públicas (Instagram)



Fonte: perfil oficial do governo

- Política Econômica e Equilíbrio Fiscal: reforço de imagem por vídeos (Figura 16)

Figura 16 – Exemplar do programa Política Econômica e Equilíbrio Fiscal (TikTok)



Fonte: perfil oficial do governo

- Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos: divulgação de ações por vídeos (Figura 17)

Figura 17 – Exemplar do programa Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos (TikTok)

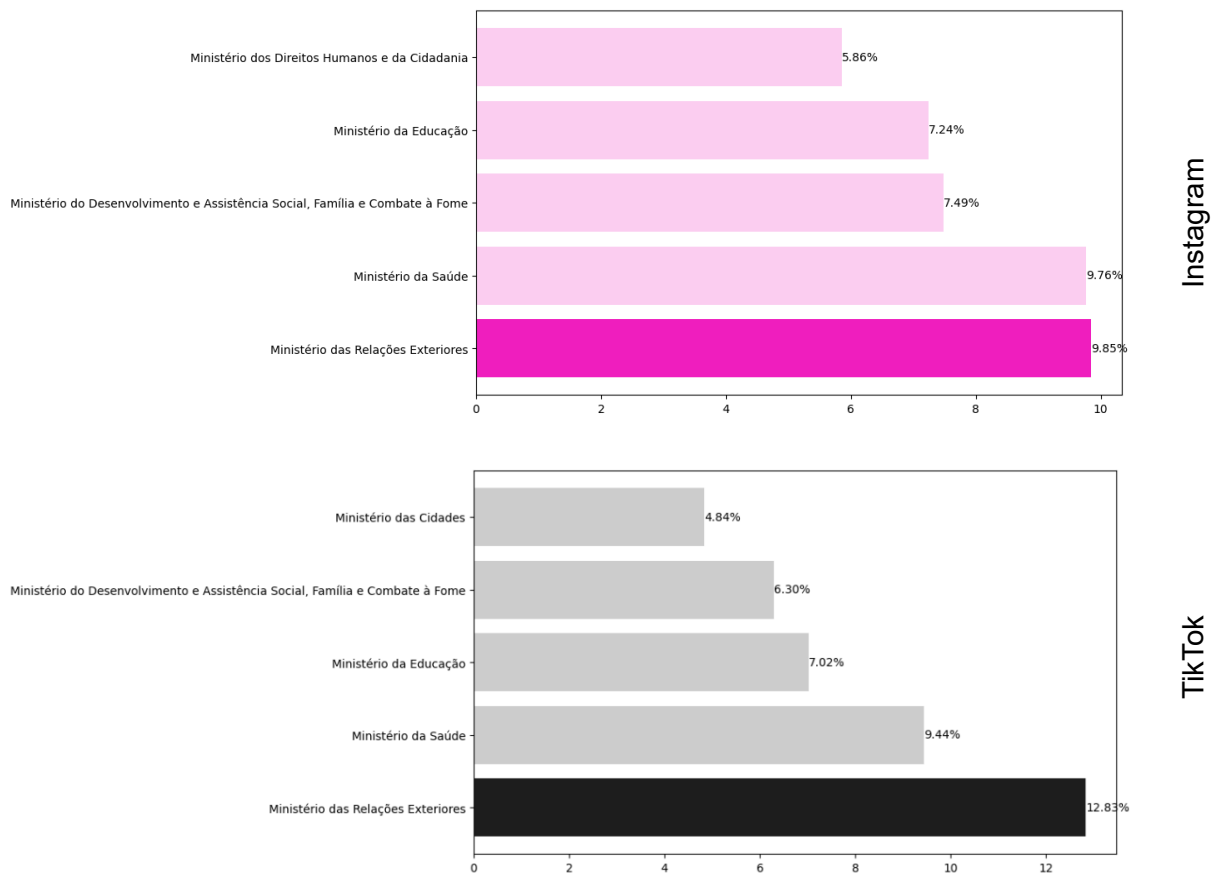


Fonte: perfil oficial do governo

4.2 OS CINCO ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS EM MAIOR DESTAQUE

Em ambas as redes sociais, foram identificados os mesmos órgãos governamentais, com exceção os ministérios das Cidades e o de Direitos Humanos e da Cidadania, que compartilham as mesmas posições em diferentes redes sociais, e com valores muito próximos (Figura 20).

Figura 20 – Os órgãos governamentais com maior destaque com base em quantidade de referências à programas



Fonte: Elaboração própria

Diferente do esperado, apenas o Ministério da Saúde e o Ministério das Cidades foram identificados como dois dos cinco em maior destaque. Entre outros resultados inesperados, nem todos os órgãos governamentais aos quais pertencem os cinco programas mais referenciados estão entre os cinco em maior destaque, sendo esses não presentes, o Ministério da Fazenda para ambos e o Ministério dos Direitos Humanos Cidadania para o TikTok, além de também o contrário também ocorrer com os Ministério da Educação e Ministério das Cidades em ambas as redes, e o Ministério da Saúde no TikTok, não possuindo um dos cinco programas, mas estando entre os cinco órgãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve o objetivo de analisar a forma com que o governo federal agendou temas de divulgação, por meio das suas redes sociais: Instagram e TikTok, em 2023. Para isso, foram coletadas referências das postagens nas redes sociais tendo como variável classificatória os programas de governo indicados no plano plurianual (PPA 2020-2023).

Essa análise foi realizada tendo como base teórica o conceito de esfera pública de Habermas (2008), que indica a importância da atuação de atores sociais na formação de opinião pública para a tomada de decisão. Pela teoria de Habermas (2008), o processo de discussão pública ocorre do centro para a periferia. No centro, ocorrem as deliberações formais e organizadas, e é formada por instituições. Na periferia circulam os fluxos de informações desordenados entre e a partir de todos os tipos de atores, sejam eles os próprios políticos, lobistas, grupos de pressão, ou atores da sociedade civil. Quem faz o filtro de relevância dos temas é a mídia (aqui podemos entender mídias sociais também em contexto atual).

Outra teoria relevante para o trabalho foi a indicada por Brasil e Capela (2015) sobre os diversos tipos de agendamento (de mídia e de poder decisório). Indica que há um processo pré-decisional dos temas que são selecionados para entrar a agenda pública e que ocorre com o debate e conflito entre os diversos interesses. Em meio a esse conflito o poder público define aquilo que deve sanado ou mitigado (Brasil e Capella, 2015).

Entendemos aqui o governo federal como um desses atores que disputa a arena pública na formação de opinião pública e seus canais de comunicação digital como uma forma de tentar pautar na opinião pública temas que são prioritários a ele. Dessa forma, ao classificarmos, após análise de conteúdo, quais programas ganharam maior relevância nas redes sociais oficiais, pudemos compreender quais são os eleitos pelo poder público federal como os mais relevantes para a gestão Lula 3, no ano de 2023. Essa classificação ajuda a compreender as estratégias de comunicação pública (no trabalho tendo referência o conceito de Matos, 2006) definida pelo governo federal em questão,

visto que as redes sociais têm capacidade de carregar e espalhar mensagens (Recuero, 2012) na busca por uma opinião pública favorável às propostas governamentais.

Diante dos resultados desta pesquisa pode-se concluir que o governo federal no ano de 2023 (ou seja, o primeiro ano da gestão Lula 3), em geral, deu forma à uma imagem de uma administração focada nos programas Relações Exteriores e Equilíbrio Econômico e Fiscal, enfatizando também – muitas vezes quando conveniente - temas da Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos Humanos, e das Cidades - apesar dos grandes encontrados na soma dos programas de cada ministério -. É notável que os ministérios da Saúde e a Educação possuem grandes números de atenção, mas ao mesmo tempo de certa forma o destaque dado a esses dois é um tanto diluído, mensalmente eles quase passam despercebidos nas postagens. Poderia essa diluição ser dada somente pela grande quantidade de programas associados a eles? Não houve espaço orçamentário para realizar mais ações consideradas importantes o suficiente para ganhar espaço nas redes sociais? O governo não considerou os seus programas tão importantes quanto os outros? Ou o governo não queria que esses viessem a se tornar temas de deliberações na Esfera Pública? E o que dizer dos ministérios que possuem poucos programas e ainda por cima nem ao menos conseguiram que 1 dos seus ficasse entre os 5 mais referenciados no ano ou em algum mês, que destaque eles tiveram? O governo se importa com eles? Ele ao menos possui ações concretas que deram ou podem ainda dar frutos algum dia? Talvez até mesmo o seu comportamento com as questões sociais e ambientais naquela época fossem sinais da representação vazia que vemos nos dias hoje, onde muito se fala sobre meio ambiente, igualdade racial e de gênero em momentos convenientes, mas que pouco se faz, investe e inova nessas áreas. Ou seriam talvez, em um cenário mais positivo, uma forma de trazer os temas para a Esfera cautelosamente a fim de conseguir apoio até mesmo das oposições no mínimo que pôde e poderá fazer com o novo PPA? O que é certo a se dizer por agora é que o governo faz uso desses meios de comunicação como uma forma de dar sugestões que ele mesmo quer à periferia e possivelmente ao centro da Esfera Pública, uma forma instrumental.

As postagens das quais foram coletados os dados, aparentam adotar os formatos que têm a partir da proposta das redes sociais em si, sendo o Instagram conhecido por ser uma rede social de imagens e o TikTok uma de vídeos, e pouco exploram outras formas.

Sobre as linguagens utilizadas para se referir aos programas: no Instagram é adotado um padrão de divulgação de ações e reforço de imagem, sempre trazendo novidades referentes a eles e ao mesmo tempo tornando explícito aquilo que já foi feito antes pelos mesmos. Enquanto que no TikTok o comportamento difere um pouco, muitas vezes não buscando trazer novidades, e muitas buscando muito mais reforçar aquilo que já foi executado antes, para chamar atenção sobre aspectos não tão relevantes de processos da execução dos programas. Igualmente importante é notar que embora certos ministérios e programas tenham sido criados no período estudado, estes não estavam inclusos no PPA e nem na LOA, e por este motivo não foram levados em consideração, atribuindo certas ações realizadas a outros programas de outros ministérios que foram colocadas no planejamento e podem ainda ser explorados em pesquisas com propostas diferentes.

Além disso, há espaço para futuras análises da relação de acontecimentos públicos e fabricação de espetáculos político-midiáticos por essas redes sociais, de forma como discutido no trabalho de Weber (2011), que também considera que acontecimentos e a tradução desses em materiais informativos são capazes de transformar a opinião pública, mobilizando indivíduos, sociedade, instituições políticas, e até mesmo a mídia de diferentes formas entre si.

REFERÊNCIAS

Brandão, E. P (2007). Conceito de Comunicação Pública. In: Duarte, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas. fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Historia-da-ComunicaçãoPública.pdf

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. O Processo de Agenda-Setting para os Estudos das Políticas Públicas. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2015. DOI: 10.18829/rp3.v1i1.15903. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14576>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CANAVILHAS, J. (2009). A Comunicação Política na Era da Internet. **uBibliorum**, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf>. Acesso em: 26/06/2024.

CAPELLA, A. C. N. Formulação de Políticas Públicas. **repositorio.enap.gov.br**, 2018.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. DA. COMO CRIAR E CLASSIFICAR CATEGORIAS PARA FAZER ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA QUESTÃO METODOLÓGICA. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 18 jul. 2016.

GIACOMANI, J. **Orçamento Público**. 18. ed. São Paulo: Atlas Ltda, 2021.

HABERMAS, J. **Comunicação Política na sociedade mediada: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica**. *Líbero*, Ano XI, n. 21 Jun 2008.

MATOS, Heloiza Helena Gomes de. **Comunicação Política e Comunicação Pública**. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 4, p. 58–73, 2006.

NEVES, Daniela. QUEM É O GOVERNO FEDERAL NO INSTAGRAM? ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO NA REDE SOCIAL DO GESTÃO LULA 3.. In: Anais da II Conferência Internacional de Políticas Públicas e Ciência

de Dados. Anais...Curitiba(PR) UTFPR, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ii-conferencia-internacional-de-politicas-publicas-e-ciencia-de-dados-385492/794483-QUEM-E-O-GOVERNO-FEDERAL-NO-INSTRAGRAM-ANALISE-DA-ESTRATEGIA-DE-DIVULGACAO-NA-REDE-SOCIAL-DO-GESTAO-LULA-3>. Acesso em: 30/09/2024

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. DOI: 10.34019/1981-4070.2007.v1.20989. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em: 3 jul. 2024.

RECUERO, R. (2012). A Rede é a Mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos sites de Rede Social. In: VIZER, E. (org) Lo que McLuhan no previu. Edition 1, Editorial La Crujía.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. **repositorio.enap.gov.br**, 2021.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas – Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

VELECI, A; Alves, F.; Gerales, E. (2022). O discurso da comunicação pública em tempos de pandemia: análise das campanhas governamentais do DF referentes à covid-19 no Instagram. Anais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UFPB.

WEBER, M. H. **Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático**. Disponível em: <https://recil.ulusofona.pt/items/e7334a08-404d-42fd-bf56-d5c7449beb5b>>. Acesso em: 30 set. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
...	0	Política pública não incluída no PPA, ou tema não relacionado a políticas públicas	...
Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas	1	Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas	Ministério dos Povos Indígenas
Agropecuária Sustentável	2	Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.	Ministério da Agricultura e Pecuária
Governança Fundiária	3	Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	4	Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras.	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Qualidade Ambiental Urbana	5	Promover a melhoria da qualidade ambiental urbana, com ênfase nos temas prioritários: combate ao lixo no mar, gestão de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas, e áreas contaminadas.	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Mudança do Clima	6	Implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono.	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Brasil Moderniza	7	Aumentar a qualidade da prestação de serviços à sociedade, modernizando o ambiente de negócios e a gestão pública, com ênfase na transformação digital dos serviços públicos.	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Defesa Agropecuária	8	Promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos	Ministério da Agricultura e Pecuária

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Pesquisa e Inovação Agropecuária	9	Prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional, e o desenvolvimento da agropecuária.	Ministério da Agricultura e Pecuária
Brasil na Fronteira do Conhecimento	10	Otimizar a capacidade científica do país na dimensão dos desafios da realidade brasileira	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Conecta Brasil	11	Promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país	Ministério das Comunicações
Política Nuclear	12	Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações, para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Programa Espacial Brasileiro	13	Aumentar a autonomia nacional no atendimento das demandas por produtos e serviços espaciais	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	14	Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Brasil, Nosso Propósito	15	Reduzir a participação do Estado na economia.	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Empregabilidade	16	Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.	Ministério do Trabalho e Emprego
Inserção Econômica Internacional	17	Alcançar maior inserção do Brasil na economia internacional.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	18	Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	19	Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.	Ministério do Trabalho e Emprego

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Nova Previdência	20	Garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, com foco na proteção do cidadão e na melhoria da qualidade dos serviços.	Ministério da Previdência Social
Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	21	Alcançar o equilíbrio fiscal de forma a favorecer o crescimento econômico.	Ministério da Fazenda
Política Externa	22	Garantir a defesa dos interesses e valores do Brasil nas relações internacionais e a prestação de serviços consulares de excelência ao cidadão brasileiro.	Ministério das Relações Exteriores
Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	23	Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Gestão de Riscos e de Desastres	24	Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres.	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Mobilidade Urbana	25	Aprimorar o planejamento, a gestão e a infraestrutura de mobilidade urbana em cidades e regiões	Ministério das Cidades
Moradia Digna	26	Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia.	Ministério das Cidades
Recursos Hídricos	27	Ampliar a Segurança Hídrica.	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Saneamento Básico	28	Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico	Ministério das Cidades
A Hora do Turismo	29	Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro	Ministério do Turismo
Energia Elétrica	30	Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro em condições adequadas de qualidade e equilíbrio entre segurança e preço, de forma sustentável.	Ministério de Minas e Energia
Geologia, Mineração e Transformação Mineral	31	Ampliar a participação do setor mineral na economia com sustentabilidade, governança, segurança jurídica, estabilidade regulatória e inovação	Ministério de Minas e Energia
Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	32	Desenvolver as indústrias do petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis e promover o abastecimento nacional	Ministério de Minas e Energia
Aviação Civil	33	Incrementar a eficiência, a segurança e a qualidade da aviação civil.	Ministério de Portos e Aeroportos
Transporte Aquaviário	34	Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade.	Ministério de Portos e Aeroportos
Transporte Terrestre e Trânsito	35	Promover a eficiência do sistema de transporte terrestre e trânsito	Ministério dos Transportes

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal	36	Ampliar e modernizar a difusão para a sociedade de conteúdos de interesse público e de atos e matérias do Governo Federal.	Presidência da República
Segurança Institucional	37	Aprimorar a articulação e o assessoramento político/estratégico nas questões relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade.	Presidência da República
Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira	38	Garantir a estabilidade monetária e um sistema financeiro sólido e eficiente, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável do país.	Banco Central do Brasil
Transparência, Integridade e Combate à Corrupção	39	Fortalecer a Governança, a Gestão, a Transparência, a Participação Social e o Combate à Corrupção	Controladoria-Geral da União
Proteção Jurídica da União	40	Promover a defesa, o assessoramento e a consultoria jurídica, de forma a gerir os riscos jurídicos da atuação da União.	Advocacia-Geral da União
Educação Básica de Qualidade	41	Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	Ministério da Educação

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Educação Profissional e Tecnológica	42	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando-se a oferta às demandas do setor produtivo	Ministério da Educação
Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	43	Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.	Ministério da Educação
Estatísticas e Avaliações Educacionais	44	Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, buscando o aprimoramento contínuo e a adequação às demandas, à complexidade da oferta educacional e à diversidade e amplitude do território nacional, de forma a oferecer evidências abrangentes e fidedignas sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.	Ministério da Educação
Justiça	45	Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça	Ministério da Justiça e Segurança Pública

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	46	Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assistência Farmacêutica no SUS	47	Promover ações que garantam e ampliem o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos, com qualidade, segurança, eficácia, em tempo oportuno, promovendo seu uso racional.	Ministério da Saúde
Atenção Especializada à Saúde	48	Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.	Ministério da Saúde
Atenção Primária à Saúde	49	Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada	Ministério da Saúde
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	50	Fomentar a produção do conhecimento científico, promovendo o acesso da população às tecnologias em saúde de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável.	Ministério da Saúde
Gestão e Organização do SUS	51	Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade.	Ministério da Saúde

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	52	Fortalecer a proteção, promoção e recuperação da Saúde Indígena	Ministério da Saúde
Vigilância em Saúde	53	Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle	Ministério da Saúde
Atenção Integral à Primeira Infância	54	Promover atenção integral a gestantes e crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Cultura	55	Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural.	Ministério da Cultura

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Esporte	56	Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas	Ministério do Esporte
Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	57	Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	58	Aliviar a pobreza por meio da garantia de renda e da promoção de acesso a serviços de educação, saúde e assistência social	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas	59	Identificar, caracterizar, localizar e dar visibilidade à situação de vulnerabilidade das famílias para a promoção da inclusão social	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	60	Garantir Serviços e Benefícios Socioassistenciais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, com respeito à diversidade de públicos e territórios.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social	61	Estabelecer políticas públicas efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos e seus familiares, no que se refere a prevenção, tratamento, acolhimento e recuperação, culminando com a sua reinserção social	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Segurança Alimentar e Nutricional	62	Ampliar a oferta e o acesso à água e a alimentos adequados e saudáveis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	63	Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção da igualdade racial, da igualdade de gênero e dos direitos humanos.	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Continua)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas	64	Promover a redução da pobreza e extrema pobreza e a emancipação das famílias por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas, visando a cidadania e a superação de vulnerabilidades sociais.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	65	Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.	Ministério da Defesa
Defesa Nacional	66	Preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do país contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas	Ministério da Defesa
Oceanos, Zona Costeira e Antártica	67	Promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica.	Ministério da Defesa
Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	68	Reduzir o desmatamento e os incêndios nos biomas e aperfeiçoar o controle ambiental	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

APÊNDICE A – Tabela de codificação de programas (Conclusão)

Política Pública	Código	Descrição	Órgão Governamental
Educação Infantil	69	Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE	Ministério da Educação
Educação Especial	70	Elevar a qualidade de Educação Especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade	Ministério da Educação

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE B – Tabela de codificação de órgão governamental (Continua)

Código	Descrição
1	Ministério dos Povos Indígenas
2	Ministério da Agricultura e Pecuária
3	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
4	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
5	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
6	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
7	Ministério das Comunicações
8	Ministério do Trabalho e Emprego
9	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
10	Ministério da Previdência Social
11	Ministério da Fazenda
12	Ministério das Relações Exteriores
13	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
14	Ministério das Cidades
15	Ministério do Turismo
16	Ministério de Minas e Energia
17	Ministério de Portos e Aeroportos

APÊNDICE B – Tabela de codificação de órgão governamental (Conclusão)

18	Ministério dos Transportes
19	Presidência da República
20	Banco Central do Brasil
21	Controladoria-Geral da União
22	Advocacia-Geral da União
23	Ministério da Educação
24	Ministério da Justiça e Segurança Pública
25	Ministério da Saúde
26	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
27	Ministério da Cultura
28	Ministério do Esporte
29	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
30	Ministério da Defesa